

Ventos de São Bento Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Bento Holding S.A.
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Bento Holding S.A (Companhia) identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Ventos de São Bento Holding S.A.. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas respectivas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 04 de maio de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e

- sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
 - Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de Março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE


Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Ventos de São Bento Holding S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.674	8.714	15.331.267	3.262.957
Contas a receber de clientes	6	-	-	3.437.872	3.270.513
Dividendos a receber	9	1.660.899	-	-	-
Impostos a recuperar		72.996	72.990	109.500	94.413
Estoques		-	-	12.535	-
Adiantamento a fornecedor		-	18.625	84.872	84.702
Partes relacionadas - outros créditos	16	-	-	719.139	717.098
Despesas antecipadas	7	-	-	108.984	108.725
		<u>1.735.569</u>	<u>100.329</u>	<u>19.804.169</u>	<u>7.538.408</u>
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	4.636.739	4.499.852
Despesas antecipadas	7	-	-	66.454	680.682
Investimentos	9	58.423.082	51.276.274	-	-
Imobilizado e ativo direito de uso	8	-	-	201.184.195	210.367.372
Intangível		-	-	35.068	35.068
		<u>58.423.082</u>	<u>51.276.274</u>	<u>205.922.456</u>	<u>215.582.974</u>
Total do ativo		<u>60.158.651</u>	<u>51.376.603</u>	<u>225.726.625</u>	<u>223.121.382</u>
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		-	-	178.414	36.364
Dividendos a pagar	11	2.059.802	-	2.059.802	-
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	14.825.541	10.384.099
Adiantamento de clientes		-	-	600	-
Partes relacionadas - fornecedores	16	131	1.579	1.637.091	614.252
Obrigações trabalhistas		-	-	152.353	119.043
Obrigações fiscais	10	367	367	787.388	782.888
Outras contas a pagar		-	-	1.422.903	260.832
		<u>2.059.943</u>	<u>1.946</u>	<u>21.064.091</u>	<u>12.197.478</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	146.563.826	159.549.247
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>146.563.826</u>	<u>159.549.247</u>
Total do passivo		<u>2.059.943</u>	<u>1.946</u>	<u>167.627.917</u>	<u>171.746.725</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	11	49.942.045	48.050.045	49.942.045	48.050.045
Reserva legal		433.643	-	433.643	-
Reserva de lucros a distribuir		7.723.020	-	7.723.020	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.781.000	-	1.781.000
Lucros acumulados		-	1.543.612	-	1.543.612
Total do patrimônio líquido		<u>58.098.708</u>	<u>51.374.657</u>	<u>58.098.708</u>	<u>51.374.657</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>60.158.651</u>	<u>51.376.603</u>	<u>225.726.625</u>	<u>223.121.382</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ventos de São Bento Holding S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	12	-	-	54.797.282	24.726.478
Custos operacionais	13	<u>(44.125)</u>	<u>-</u>	<u>(18.579.164)</u>	<u>(286.582)</u>
Lucro bruto		(44.125)	-	36.218.118	24.439.896
Despesas operacionais					
Despesas gerais ou administrativas	14	(88.087)	(170.896)	(1.498.406)	(10.377.840)
Outras receitas operacionais		-	-	4.570	194
Outras despesas operacionais		-	-	(7.644)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	<u>8.807.707</u>	<u>7.953.148</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>8.719.620</u>	<u>7.782.252</u>	<u>(1.501.480)</u>	<u>(10.377.646)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		8.675.495	7.782.252	34.716.638	14.062.250
Receitas financeiras	15	30	325.378	482.295	586.724
Despesas financeiras	15	<u>(2.672)</u>	<u>(1.884.603)</u>	<u>(24.633.228)</u>	<u>(7.500.252)</u>
Resultado financeiro	15	(2.642)	(1.559.225)	(24.150.933)	(6.913.528)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		8.672.853	6.223.027	10.565.705	7.148.722
Provisão para IRPJ e CSLL	16	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.892.852)</u>	<u>(925.695)</u>
Lucro do exercício		<u>8.672.853</u>	<u>6.223.027</u>	<u>8.672.853</u>	<u>6.223.027</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ventos de São Bento Holding S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	8.672.853	6.223.027	8.672.853	6.223.027
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>8.672.853</u>	<u>6.223.027</u>	<u>8.672.853</u>	<u>6.223.027</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ventos de São Bento Holding S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	45.813.070	(6.573.000)	-	-	-	(4.679.415)	34.560.655
Capital subscrito	2.236.975	(2.236.975)	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	8.809.975	(2.236.975)	-	-	-	6.573.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	4.017.975	-	-	-	4.017.975
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	6.223.027	6.223.027
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>48.050.045</u>	<u>-</u>	<u>1.781.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.543.612</u>	<u>51.374.657</u>
Capital subscrito	1.942.000	(1.942.000)	-	-	-	-	-
Capital integralizado	-	1.892.000	(1.847.000)	-	-	-	45.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	66.000	-	-	-	66.000
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	8.672.853	8.672.853
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	433.643	-	(433.643)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.059.802)	(2.059.802)
Reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	7.723.020	(7.723.020)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>49.992.045</u>	<u>(50.000)</u>	<u>-</u>	<u>433.643</u>	<u>7.723.020</u>	<u>-</u>	<u>58.098.708</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ventos de São Bento Holding S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	8.672.853	6.223.027	8.672.853	6.223.027
Depreciação e amortização	-	-	9.285.151	6.011.528
Resultado da baixa de imobilizado	-	-	108.942	126.884
Resultado de equivalência patrimonial	(8.807.707)	(7.953.148)	-	-
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	-	2.304
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	21.264.452	5.830.211
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(169.400)	(3.270.513)
Despesas antecipadas	-	-	554.699	1.444.589
Adiantamento a fornecedor	18.625	(17.807)	59.101	(13.927)
Adiantamento de viagens	-	-	-	-
Impostos a recuperar	(7)	(72.977)	(15.087)	(68.019)
Estoques	-	-	(12.535)	-
Fornecedores	(1.448)	-	101.525	(3.101.068)
Obrigações fiscais	(356)	365	110.243	347.326
Obrigações trabalhistas	-	-	10.574	76.464
Outras contas a pagar	-	-	2.143.026	260.231
Juros pagos	-	-	(21.219.295)	(6.401.329)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	(118.040)	(1.820.540)	20.894.249	7.467.708
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	-	(136.887)	(3.561.983)
Investimentos em controlada	-	(8.763.975)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(150.774)	(162.821.564)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(8.763.975)	(287.661)	(166.383.547)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	45.000	8.809.975	45.000	8.809.975
Adiantamento para futuro aumento de capital	66.000	1.781.000	66.000	1.781.000
Captações de empréstimos e financiamentos	-	-	-	133.511.012
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(8.649.278)	-
Obrigações com arrendamentos	-	-	-	(12.712)
Partes relacionadas	-	253	-	(196.780)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamento	111.000	10.591.228	(8.538.278)	143.892.495
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(7.040)	6.713	12.068.310	(15.023.344)
No início do exercício	8.714	2.001	3.262.957	18.286.301
No fim do exercício	1.674	8.714	15.331.267	3.262.957
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(7.040)	6.713	12.068.310	(15.023.344)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Bento Holding S.A, denominada “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, 10800, sala 62 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 01 de novembro de 2011. A partir de 10 de abril de 2019 a empresa Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A. passou a ser sua subsidiária integral, por meio do aporte de capital representado pelo seu ativo líquido.

A Companhia é controladora da Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A. (controlada em operação comercial), com endereço situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 16 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 10 de novembro de 2011 e de acordo com o despacho nº 1.348 de 13 de maio de 2020, iniciou operação comercial a partir de 14 de maio de 2020 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 516, de 27 de dezembro de 2018 do Ministério de Minas e Energia (MME). O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 50,4 MW, conforme despacho nº 1.473 de 06 de junho de 2019.

A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades (“Sociedade(s) Investida (s)”), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar (“Projetos”).

Sua controlada tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de São Januário 20, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e

- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia e sua controlada, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas. Também não houve impacto no cronograma de implantação.

A Companhia e sua controlada adotaram rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia e sua controlada continuarão atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

Capital Circulante líquido:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada apresentam capital circulante líquido negativo de R\$ 1.259.922 (em 2020, negativo de R\$ 4.659.070). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos serão suportadas pelas receitas de operações futuras.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 10 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e sua controlada não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

Controlada (em fase operacional)	% de participação
Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.	100%

Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não possuíam ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) *Compensação*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia e de sua controlada com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não identificaram quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia e sua controlada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não constituíram provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia e sua controlada considerando a ausência de perspectiva de realização futura motivada pela opção do regime de tributação quando da entrada em operação do Empreendimento. Na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia e sua controlada avaliaram o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

A Companhia e sua controlada não adotaram o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos os valores não são conhecidos.

2.12 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e sua controlada não adotaram essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia e de sua controlada mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e de sua controlada de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de sua controlada não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e sua controlada não possuem em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada, apresentados na nota 10, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade (Consolidado)

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	14.678.778	Varição do CDI	14.678.778	14.696.837	14.700.449
Efeito no resultado	-		326.871	344.931	348.543
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	4.636.739	Rendimentos em FI	4.636.739	4.654.653	4.658.236
Efeito no resultado	-		143.887	161.801	165.384
Saldo de empréstimos e financiamentos	(161.389.367)	IPCA	(161.389.367)	(164.063.372)	(164.598.173)
Efeito no resultado	-		(21.264.452)	(23.938.457)	(24.473.258)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	1.674	8.632	652.489	40.803
Aplicações financeiras	-	82	14.678.778	3.222.154
Total	1.674	8.714	15.331.267	3.262.957

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas nos Bancos ABC Brasil e BTG Pactual e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas, principalmente, pela variação de 80% a 105% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	4.636.739	4.499.852
Total ativo não circulante	4.636.739	4.499.852

As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de novembro de 2018, onde as liberações foram realizadas a partir de outubro de 2019. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 9,96% no ano de 2021 e 5,96% no ano de 2020.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos CCEE (a)	3.420	235.830
Focus Energia Ltda	160.132	-
Tempo Energia S.A (c)	-	119.040
Vale S.A. (b)	3.274.320	2.915.643
	3.437.872	3.270.513

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.
- (b) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia incentivada no ambiente de contratação livre – ACL com a Vale S.A.
- (c) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia incentivada no ambiente de contratação livre – ACL com a Tempo Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia e sua controlada consideraram não serem necessárias as constituições de provisões para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e sua controlada não apresentam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021.

7 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de empréstimos (a)	16.483	279.763
Prêmios de seguro a apropriar	158.955	509.644
	175.438	789.407
Ativo circulante	108.984	108.725
Ativo não circulante	66.454	680.682

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

8 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do imobilizado

	Taxas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Torres anemométricas	10%	1.310.683	(395.885)	914.798	1.048.612
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	210.016.227	(14.833.444)	195.182.783	204.088.812
Veículos	14, 28% a 20%	210.761	(65.625)	145.136	267.435
Móveis e utensílios	6,25%	69.970	(7.640)	62.330	61.000
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33% a 4%	3.572.788	(231.931)	3.340.857	3.467.402
Equipamentos e processamento de dados	20%	2.166	(397)	1.769	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	1.434.111
Imobilizado em andamento	-	1.536.522	-	1.536.522	-
Total		216.719.117	(15.534.922)	201.184.195	210.367.372

b. Movimentação do imobilizado

	Taxa de depreciação	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2021
Torres anemométricas (i)	10%	1.048.612	-	-	(3.347)	(130.467)	914.798
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	204.088.812	72.387	-	-	(8.978.416)	195.182.783
Veículos	14, 28% a 20%	267.435	6.395	-	(83.656)	(45.038)	145.136
Móveis e utensílios	6,25%	61.000	5.618	-	-	(4.288)	62.330
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33% a 4%	3.467.402	-	-	-	(126.545)	3.340.857
Equipamentos e processamento de dados	20%	-	2.166	-	-	(397)	1.769
Adiantamento fornecedores imobilizado	-	1.434.111	-	(1.434.111)	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	124.350	1.434.111	(21.939)	-	1.536.522
Total		210.367.372	210.916	-	(108.942)	(9.285.151)	201.184.195

Ventos de São Bento Holding S.A
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021*

	31/12/2019	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	1.212.222	1.010	-	(39.878)	(124.742)	1.048.612
Máquinas e equipamentos	-	-	209.943.840	(1.076)	(5.853.952)	204.088.812
Veículos	267.435	-	-	-	-	267.435
Móveis e utensílios	-	-	64.352	-	(3.352)	61.000
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	3.572.788	(85.930)	(19.456)	3.467.402
Equipamentos e processamento de dados	11.122	36.216	(47.338)	-	-	-
Benfeitorias imóveis de terceiros	853.765	85.930	(939.695)	-	-	-
Ferramentas	-	1.655	(1.655)	-	-	-
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-	-
Custos de empréstimos	5.016	1.163.701	(1.168.717)	-	-	-
Licenciamento ambiental	1.409.934	804.623	(2.214.557)	-	-	-
Adiantamento fornecedores imobilizado	17.707.270	-	-	(16.273.159)	-	1.434.111
Imobilizado em andamento (ii)	30.849.671	178.346.099	(209.195.770)	-	-	-
Ativo de direito de uso	10.026	-	-	-	(10.026)	-
Total	52.339.709	180.439.234	-	(16.400.043)	(6.011.528)	210.367.372

- (i) Refere-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso.
- (ii) Refere-se as aquisições de equipamentos, instalações e obras civis para implantação do parque eólico.

9 Investimentos (Controladora)

A Companhia possui investimento societário em empresa eólica, conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A	<u>58.423.082</u>	<u>51.276.274</u>
Total	<u>58.423.082</u>	<u>51.276.274</u>

a. Movimentação dos investimentos

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	<u>51.276.274</u>	<u>34.559.151</u>
Aumento de capital	-	8.763.974
Equivalência patrimonial	8.807.707	7.953.148
Dividendos a receber	(1.660.899)	-
Saldos em 31 de dezembro	<u>58.423.082</u>	<u>51.276.274</u>

b. Saldos da controlada

<i>Controlada</i>	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	225.651.955	223.021.053
Passivo	167.228.874	171.744.779
Patrimônio líquido	58.423.081	51.276.274
Resultado do exercício	<u>8.807.707</u>	<u>7.953.148</u>

10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 30 de novembro de 2018, a Controlada da Companhia formalizou contrato de financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor de R\$ 183.135.210, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 2,2731% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 241 meses com carência de 29 meses. Os *covenants* do contrato firmado são cláusulas não financeiras, usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de cartas de fiança bancária contratadas junto a bancos comerciais que poderão ser liberadas mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento. A Companhia e sua controlada cumpriram os *covenants* no exercício.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	<u>161.389.367</u>	<u>169.933.346</u>
Total		<u>161.389.367</u>	<u>169.933.346</u>

b. Movimentação da conta

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>169.933.346</u>	35.648.941
Captações de empréstimos e financiamentos	-	137.500.000
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(8.649.278)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	21.264.452	5.830.211
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(21.219.295)	(6.401.329)
Custo de captação	-	(3.988.988)
Capitalização de imobilizado	<u>60.142</u>	<u>1.344.511</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>161.389.367</u>	<u>169.933.346</u>
Circulante	<u>14.825.541</u>	<u>10.384.099</u>
Não circulante	<u>146.563.826</u>	<u>159.549.247</u>

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2021	
	Valor	%
2023	4.428.711	3%
2024	5.374.304	4%
2025	6.050.489	4%
2026	6.761.711	4%
2027	6.807.066	5%
2028	6.790.092	5%
2029	7.505.615	5%
2030	8.260.986	5%
2031	9.082.474	6%
2032	9.924.831	7%
2033	10.735.895	7%
2034	11.734.161	8%
2035	12.810.754	8%
2036	13.952.502	9%
2037	15.170.608	10%
2038	15.443.861	10%
Total	150.834.060	100%

O quadro acima não contempla o valor de R\$ 4.270.234 referente ao custo de captação de empréstimo, ativado durante o período pré-operacional da controlada da Companhia.

11 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de 49.992.045 (R\$ 48.050.045 em 2020) e está representado por 49.992.045 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de 49.942.045 (R\$ 48.050.045 em 2020) e está representado por 49.942.045 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%	49.942.045	60%	28.830.027
Mutatis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	40%	19.220.018
Total	100%	49.942.045	100%	48.050.045

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 15 de janeiro de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 1.846.000 e integralizado o montante de R\$ 1.801.000 com saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pelos acionistas entre os meses de novembro de 2020 e janeiro de 2021.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 20 de dezembro de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 96.000 e integralizado o montante de R\$ 46.000 com saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pelos acionistas em junho de 2021.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 45.000 com entrada em caixa e equivalentes de caixa.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, há a previsão de que, em cada exercício, será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. O valor do dividendo mínimo referente ao exercício de 2021 é de R\$ 2.059.802. Não houve constituição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2020.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal referente ao exercício de 2021 é de R\$ 433.643, não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2020.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 7.723.020. Não houve constituição em 31 de dezembro de 2020.

12 Receita operacional líquida (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – Geração própria	53.343.701	25.637.884
Outras receitas operacionais (a)	3.526.496	-
PIS	(369.149)	(162.305)
Cofins	(1.703.766)	(749.101)
Total	54.797.282	24.726.478

- (a) Refere-se a indenização por indisponibilidade recebida pela Companhia no âmbito do Contrato de Operação e Manutenção de Aerogeradores, sendo os valores recebidos em substituição à receita que a Companhia deixou de auferir com sua atividade principal.

13 Custos Operacionais (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(618.013)	-
Energia comprada para revenda	(1.366.664)	-
Ajustes CCEE	(3.050.537)	-
Depreciação e amortização	(9.103.932)	-
Outros custos	(18.733)	-
Serviços - pessoa jurídica	(1.888.340)	-
Gastos operacionais – geração de energia	(374.257)	(286.582)
Seguros	(350.690)	-
Taxa de fiscalização – ANEEL	(238.173)	-
Gastos com propriedades	(701.768)	-
Gastos com manutenção	(838.858)	-
Consórcio	(29.199)	-
Total	(18.579.164)	(286.582)

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração efetuou a reclassificação de determinadas despesas que apresentavam-se classificadas como despesas gerais e administrativas para o grupo de custos operacionais, reclassificação efetuada de acordo com a natureza das respectivas despesas, atendendo ao parágrafo 103 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que recomenda a apresentação das despesas por função. Os valores correspondentes do exercício anterior não foram reclassificados para fins de comparabilidade.

14 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxas e emolumentos	-	(1.915)	-	(21.525)
Despesas com pessoal	-	-	-	(352.725)
Arrendamento e aluguéis	-	(31.126)	-	(311.880)
Viagens e ajuda de custo	-	(42)	(64.304)	(136.414)
Indenizações	-	-	-	(9.022)
Serviços terceiros	-	(49.878)	(3.655)	(675.499)
Despesas com fretes	-	-	-	(8.734)
Despesas com veículos	-	-	(110.638)	(61.754)
Despesas com seguros	-	-	-	(266.591)
Despesas com escritório	-	-	(394.610)	-
Despesas com tributos	(2.707)	(15.130)	(28.623)	(24.005)
Despesas com cartório	-	(2.610)	-	(193.423)
Despesas legais	(78.509)	-	(254.428)	-
Compartilhamento de despesa (a)	(3.215)	(5.929)	(405.976)	(1.160.817)
Depreciação e amortização	-	-	(181.219)	(6.011.528)
Materiais de manutenção	-	-	-	(4.047)
Auditoria	(3.656)	(2.696)	(13.311)	(7.415)
Outras despesas operacionais	-	(61.570)	(41.642)	(1.132.461)
Total	(88.087)	(170.896)	(1.498.406)	(10.377.840)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado entre partes.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração efetuou a reclassificação de determinadas despesas que apresentavam-se classificadas no como despesas gerais e administrativas para o grupo de custos operacionais, reclassificação efetuada de acordo com a natureza das respectivas despesas, atendendo ao parágrafo 103 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que recomenda a apresentação das despesas por função. Os valores correspondentes do exercício anterior não foram reclassificados para fins de comparabilidade.

15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação	30	325.378	470.789	486.561
Outras receitas	-	-	11.506	100.163
	<u>30</u>	<u>325.378</u>	<u>482.295</u>	<u>586.724</u>
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(2.266)	(1.813)	(16.410)	(18.259)
Juros pagos	(13)	-	(504)	(198)
Multas	(95)	-	(3.688)	(1.113)
IOF	-	-	-	(1)
Comissões e outras despesas bancárias	(298)	(485.352)	(3.024.751)	(485.352)
Amortização custo de empréstimos	-	-	(323.423)	-
Juros sobre debêntures	-	(1.397.438)	-	(1.397.438)
Juros sobre empréstimos	-	-	(21.264.452)	(5.597.726)
Juros sobre arrendamento	-	-	-	(165)
	<u>(2.672)</u>	<u>(1.884.603)</u>	<u>(24.633.228)</u>	<u>(7.500.252)</u>
Total	<u>(2.642)</u>	<u>(1.559.225)</u>	<u>(24.150.933)</u>	<u>(6.913.528)</u>

16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e sua controlada, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Partes relacionadas - Outros créditos (a) (b)	-	-	719.139	717.098
Passivo				
Partes relacionadas - Fornecedores (a) (b)	131	1.579	1.637.091	614.252
Resultado				
Compartilhamento de despesa (a)	3.215	5.929	405.976	1.160.817

- (a) A Companhia e sua controlada possuem operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A controlada possui operações referentes as despesas compartilhadas em condomínio com as SPEs Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Eloy Energias Renováveis S.A.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de novembro de 2021, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros a custo amortizado:								
Caixas e equivalentes de caixa	1.674	1.674	8.714	8.714	15.331.267	15.331.267	3.262.957	3.262.957
Aplicações financeiras	-	-	-	-	4.636.739	4.636.739	4.499.852	4.499.852
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	3.437.872	3.437.872	3.270.513	3.270.513
Dividendos a receber	1.660.899	1.660.899	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedor	-	-	18.625	18.625	84.872	84.872	84.702	84.702
Partes relacionadas (ativo)	-	-	-	-	719.139	719.139	717.098	717.098
Outros passivos financeiros:								
Dividendos a pagar	(2.059.802)	(2.059.802)	-	-	(2.059.802)	(2.059.802)	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	(178.414)	(178.414)	(36.364)	(36.364)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(161.389.367)	(161.389.367)	(169.933.346)	(169.933.346)
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	(600)	(600)	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(1.422.903)	(1.422.903)	(260.832)	(260.832)
Partes relacionadas (passivo)	(131)	(131)	(1.579)	(1.579)	(1.637.091)	(1.637.091)	(614.252)	(614.252)
Total	(397.360)	(397.360)	25.760	25.760	(142.478.288)	(142.478.288)	(159.009.672)	(159.009.672)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e sua controlada não apresentam instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

18 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS corrente	<u>(1.892.852)</u>	<u>(925.695)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	56.870.197	25.637.884
Alíquota de presunção	<u>8%</u>	<u>8%</u>
Lucro presumido	4.549.616	2.051.031
IRPJ adicional/outras receitas não operacionais (a)	<u>389.900</u>	<u>374.729</u>
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(1.234.879)	(606.440)
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	6.824.424	3.076.546
Outras receitas não operacionais (a)	486.383	470.732
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(657.973)	(319.255)

(a) Trata-se de receitas financeiras e ganho na venda de imobilizado.

19 Eventos subsequentes

Em 14 de fevereiro de 2022 a Vale S.A., manifestou que mantém interesse na Opção de Compra, nos termos da Cláusula 2.2 do “Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças”, celebrado em 12 de dezembro de 2018 e aditado em 29 de junho de 2020 entre a Vale S.A. e o FIP Salus, com a interveniência da Casa dos Ventos, a Companhia e outras partes, para aquisição de 60% ou 100% das ações da Ventos de São Bento Holding S.A. Com referida manifestação, a Vale iniciará auditoria da sociedade e do projeto, mantendo o direito de exercer ou não a opção de compra até 31 de julho de 2022.